



Thomas Davatz escreveu em 1850 o notável livro MEMÓRIAS DE UM COLONO NO BRASIL. Sergio Buarque de Holanda traduziu-o para a Livraria Martins Editora S. A. Esse livro é indispensável àqueles que se abalancam ao estudo da imigração e dos problemas cafeeiros da época. Davatz foi dos suíços contratados para trabalhar na Fazenda Picada do senador Verriheiro. Alíás, segundo nos revelou Antonio de Queirós Telles, por volta de 1854, seu homônimo e parente, Antonio de Queirós Telles, Barão de Jundiá, por intermédio do citado senador, fez início à imigração italiana para as fazendas de café. Em 1880, um filho do Barão de Jundiá, outro Antonio de Queirós Telles, conde do Parnaíba, fundador da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e proprietário das Fazendas Jequitibá, Anhumas e Capuava, interessou-se pela introdução do imigrante italiano. É certo que entre as últimas décadas do século passado e as primeiras deste, cerca de 900 mil pessoas foram encaminhadas às lavouras de café. Em 1882 já estava organizada a Sociedade Promotora da Imigração. Era dirigida pelos fazendeiros Martinho, Antonio Prado e Souza Queiroz. Ninguém desconhece a participação do italiano na edificação da riqueza cafeeira. Mas voltemos ao livro de Davatz e à imigração suíça. Sergio Buarque de Holanda durante o lúcido prefácio escrito para aquela obra, referindo-se ao desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo, observa:

— “Foi sobretudo no Oeste dessa província — o Oeste de 1840, não o de 1940 — que o latifúndio cafeeiro veio a tomar caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrícola esteriotipadas desde a era colonial no modelo clássico do engenho de açúcar. Mesmo na província do Rio e em geral no vale do Paraíba, essa emancipação foi quase sempre deficiente e encontrou vivas resistências, só se impondo quando a lavoura cafeeira já tinha perdido ali sua pujança antiga. A fazenda de café fluminense contentara-se em copiar, nos tempos contíguos, o tipo tradicional dos engenhos de cana, que tiveram suas terras de vocação principalmente no nordeste do Brasil. Formava uma unidade fechada, suficiente, quase autárquica. Houve fazendeiros que se vangloriavam de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais, davam de sobra suas terras. A estrutura dessas propriedades fundava-se tão profundamente na existência do braço escravo, que mal se podia conceber nelas o emprego proveitoso de trabalhadores europeus. E' em S. Paulo e ante os novos horizontes econômicos abertos com a expansão do café, que se forma uma nova raça de senhores rurais e se completa rapidamente o processo apenas começado nas regiões açucareiras com o desenvolvimento dos centros urbanos. O domínio agrícola deixa de ser uma baronia e transforma-se quase em um centro de exploração industrial. A fi-

gura típica do senhor de engenho perde os traços mais característicos, desapega-se mais da terra e da tradição — da rotina — rural. A terra cultivada deixa de ser um pequeno mundo para constituir simplesmente seu meio de vida, sua fonte de rendas. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e desaparecem em grande parte as plantações de mantimentos que garantiam outrora certa autonomia à propriedade agrícola. E' talvez por esse lado que se poderá falar no cafeeiro como “planta democrática”. Handelman, que inventou a expressão, não atinara entretanto com os motivos reais da transformação já em vias de realizar-se ao seu tempo, e atribuiu-a à perspectiva de um parcelamento das propriedades, perspectiva que não se verificou, pois a economia do latifúndio continuou a prevalecer para o café pelo menos até a crise de 1929.

E se tudo isso se processou em S. Paulo mais acentuadamente do que em outras províncias, não foi por circunstâncias apenas fortuitas e nem apenas porque o café encontrasse aqui terras mais propícias. Foi em primeiro lugar pela carencia nessa província de uma tradição agrícola realmente grande e próspera, com quadros definitivos que não deixassem ver no presente o que o presente reclama e repele. Foi também pelo aparecimento providencial de alguns homens de iniciativa e espírito prático, capazes de encontrar novas soluções para problemas novos (e entre esses homens sobressai singularmente a figura admirável de Vergueiro.) Foi enfim pela própria natureza absorvente e exclusiva da cultura do café. Este último fato parece ter tido uma importância capital, conquanto deva parecer hoje bem menos evidente do que o foi em meados do século passado, quando se operou a transformação que ia fazer de S. Paulo o maior centro produtor do Brasil. Assinala-o em 1858 no Senado do Império um antigo lavrador da zona de Jundiá, em palavras que convêm reproduzir tal a precisão e a clareza com que revelam nessa transformação uma das causas da crise profunda verificada em todas as regiões invadidas pelos cafezais. A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café — dizia com efeito José Manuel da Fonseca — tem corrido também ali (em S. Paulo) para o encarcernamento dos generos alimentícios. Na casa há alguns nobres senhores que têm engenhos de açúcar; apelo para seu testemunho. Quando o lavrador planta cana, pode também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente pelo preparo da terra para a cana; e a limpo aproveita a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são muito férteis quando seu cultivo era a cana, e em outros municípios que abasteciam a

capital e outros pontos de generos alimentícios. Entretanto todo esse município de Campinas, e outros, estão hoje cobertos de café, o qual não permite ao mesmo tempo a cultura dos generos alimentícios, salvo no começo quando novo; mas quando crescido, nela nada mais se pode plantar, e mesmo a terra fica improdutiva para os generos alimentícios, talvez para sempre, salvo depois de um pouso de imensos anos. (Anais do Senado, 1858, 4.º — Sessão de 26 de agosto. Pag. 253).

A carestia dos generos de alimentação tornou-se um leit-motiv de todos os relatórios dos presidentes da província durante os anos de cinquenta, precisamente quando S. Paulo deixava de ser exportador de açúcar para se consagrar sobretudo à produção de café. A transição verificou-se quase bruscamente em 1850. Até essa data o açúcar fora o primeiro artigo de exportação da província; alguns anos depois já os canaviais paulistas só podiam atender ao consumo interno e quando o podiam. A alta nos preços dos generos de primeira necessidade acompanhava de perto essa transição. O feijão, que na zona de Jundiá e Campinas nunca fora vendido a muito mais de \$800 o alqueire e que mesmo durante a revolução liberal de 42, com a alta provocada nos preços, era oferecido a \$1000, subira em 1857 a 20\$000!

Todos os braços disponíveis, todas as terras acessíveis eram aproveitadas no cultivo de produtos exportáveis, isto é, de café, em detrimento dos generos de primeira necessidade.

Mais adiante ponderaria Sergio Buarque de Holanda:

“Por pessimista que seja nosso julgamento acerca de regime de parceria, tal como fora concebido por Vergueiro, uma coisa é certa: foi principalmente por seu intermédio que se tornou possível à lavoura paulista admitir o trabalho livre sem passar pelas crises que essa transição iria provocar em outras regiões do Brasil.

Notamos, agora, que o espaço a nós reservado por J. A. de Oliveira Laet, secretário de A RURAL está praticamente esgotado e ainda não falamos do livro de Thomas Davatz. Detivemo-nos na inteligente interpretação de Sérgio Buarque de Holanda. Diga-se de passagem, porém, que muitos fazendeiros não estão de acordo com suas considerações no tocante à responsabilidade atribuída ao café pela falta de generos alimentícios. Se o leitor tiver calma para esperar até o próximo número prometemos falar das memórias de Davatz. De um modo ou de outro, contudo, deve ler o livro. Deverá lê-lo, todavia, tendo presente esta ponderação de Sérgio Buarque de Holanda: “No livro de Thomaz Davatz, hoje publicado em tradução brasileira, o historiador futuro terá um elemento imprescindível para o estudo do trabalho agrícola em S. Paulo durante a época do Império. E' inútil insistir muito na intenção polemica em que foi composto. Livro de partido, mas também de boa fé, éle é a expressão e o prolongamento da vida de um pobre colono perdido num mundo hostil às suas aspirações. Consideradas nesse aspecto é que as memórias de Davatz poderão ser apreciadas em seu justo valor.

Leira e Assine

“A RURAL”

Assinatura Anual: Cr\$ 200,00